

# COMUNICADO DE SANTARÉM

LISBOA, 25. — Às doze horas e quinze minutos foi conhecido em Lisboa o texto de uma informação anteriormente distribuída pelo «Movimento das Forças Armadas» em Santarém, e que é o seguinte:

«Considerando que ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar o sistema político vigente não conseguiu definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

«Considerando o crescente clima de total afastamento dos portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos;

«Considerando a necessidade de sanear as instituições e eliminar do nosso sistema de vida todas as ilegalidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

«Considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos, o Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História,

«Proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que tem sido privado.

«Para o efeito entrega o Governo a uma junta de salvação nacional, a que exige o compromisso com as linhas gerais do programa do movimento das Forças Armadas,

«Que através dos órgãos informativos será dado a conhecer à Nação, no mais curto

prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais, de uma nova Assembleia Nacional Constituinte cujos poderes por sua representatividade e liberdade na eleição permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

«Certos de que a Nação está connosco e que atentos os fins que nos presidam aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição. O Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os portugueses e espe-

ra do País a adesão aos poderes instituídos em seu benefício. Sabemos deste modo honrar o passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e perante terceiros e ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado de restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes». — (ANI).